

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Referência: Dispensa de Licitação nº 75/2023
Processo nº 6400/2023

Encontra-se aberto aviso de dispensa de licitação conforme art. 75 inciso II, referente a aquisição de 20 (vinte) tapetes de capacho 90x60 e 15 (quinze) tapetes de capacho 1,50x60 para unidades básicas de saúde, a cargo da Secretaria de Saúde, conforme descrito no Termo de Referência.

Visando atender o disposto no §3º do art. 75 da Lei nº. 14.333/2021, abre-se prazo às empresas interessadas neste objeto para a apresentação de propostas à municipalidade.

A Dispensa se realizará de forma ELETRÔNICA, através portal: www.licita.salto.sp.gov.br, **na data de 05 de junho de 2023.**

Prazo de Divulgação do Aviso: das 08hs do dia 31/05/2023 até as 08hs do dia 05/06/2023.

Prazo para esclarecimentos: até as 08hs do dia 02/06/2023.

Início da Sessão Pública (Fase Competitiva): 05/06/2023 das 09hs às 15hs.

O aviso está disponível para consulta e impressão, através dos sítios: www.licita.salto.sp.gov.br e www.salto.sp.gov.br.

Maiores informações, no Setor de Compras – Secretaria de Administração e Governo Digital, através dos telefones nºs (11)4602-8529, das 08hs às 16h30min, e/ou e-mail: compras@salto.sp.gov.br

Salto, 30 de maio de 2023.

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto:

Aquisição de tapete capacho.

2. Justificativa:

Essa aquisição é necessária tendo em vista a necessidade de algumas unidades básicas de saúde, para harmonização, a inibição ou até mesmo a redução no acúmulo de sujeiras e resíduos que se acumulam em frente as

unidades de saúde. Essa aquisição também tem como intuito assegurar a segurança devido algumas unidades conter pisos lisos, sendo um risco em dias de chuvas.

A pesquisa de preços foi realizada através do Banco de preços, onde foi retirada as seguintes licitações:

O Ministério da educação / Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul; Nº pregão 472022 - data da licitação: 23/11/2022.

OPM de André da Rocha/RS, data da licitação: 15/02/2023, identificação: 64900-5-2023-PRP

O Depto. Gerenc. Ambulatorial da Capital-DGAC/ Governo do Estado de São Paulo/SP, data da licitação: 22/11/2022, identificação: 090149000012022OC00278

O Centro de Deten.Provis.de Guarulhos II/ Secretaria Administração Penitenciária/Guarulhos/ SP, data da licitação: 08/11/2022, identificação: 380187000012022OC00185

Também foi utilizado o orçamento recebido do compra local da empresa CD COMERCIO EM GERAL LTDA- CNPJ: 35.111.975/0001-71 e através dos sítios eletrônicos:

OMadeiramadeira comercio eletrônico S/A – CNPJ: 10.490.181/0001-35

O Agro-Comercial Afubra LTDA-CNPJ: 74.072.513/0044-84.

3. Especificação

Item	Descrição do item	Quantidade	Medida	Média Valor Unit	Média Valor Total
1	Tapete capacho 90x60	20	Unidade	R\$ 100,22	R\$ 2.004,40
2	Tapete capacho 1,50x60	15	Unidade	R\$ 179,98	R\$ 2.699,70

4. Detalhamento dos itens

- Tapete capacho – medidas: 90x60 – antiderrapante; lavável; não propaga fogo; espessura aproximada: 12 mm; resistente a sol e chuva.

- Tapete capacho – medidas: 1,50x60– antiderrapante; lavável; não propaga fogo; espessura aproximada: 12 mm; resistente a sol e chuva.

5. Local de entrega:

O material deverá ser entregue no Almoxarifado, no endereço: rua: Otto Halter nº630 – Distrito Industrial – Salto/SP
A/C Harley.

6. Prazo de entrega ou execução:

O prazo previsto para entrega do material será de até 60 dias, a partir da nota de empenho, autorização de fornecimento e recebimento do e-mail.

7. Unidade Solicitante

Unidades básicas de saúde / Secretaria Municipal de Saúde

8. Dotação Orçamentária

- Ficha 232- 02.08.01.449052.10.301.0014.2.032.01.3100000

9. Gestor

Benedito Vieira -Encarregado de Manutenção, CPF: 05083137836
beneditoviera473@gmail.com

10. Habilitação

Para a habilitação a empresa deverá apresentar a seguintes documentações (as documentações deverão ser encaminhadas via sistema eletrônico), inseridos via plataforma:

Jurídica conforme o caso:

- a) Em se tratando de sociedades empresárias ou simples, o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, nos casos de empresário individual, o enquadramento como MEI ou documento similar, devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, nos termos da lei e conforme o caso, e, ainda, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ).

Fiscal e trabalhista

- a) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal e Estadual, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:
- b) Certidão de Regularidade Fiscal – Pessoa Jurídica ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, podendo ser obtida através do link: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/servicos/certidoes-e-situacao-fiscal>;
- c) Certidão Negativa de Débitos **ou** Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, comprovando a regularidade relativos a ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).
- d) Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS;
- e) Prova de regularidade perante a Justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.
- f) A Certidão de regularidade Trabalhistas – CNDT é expedida gratuita e eletronicamente em todo o território nacional. O interessado pode requerê-la nas páginas eletrônicas do TST, do CSJT e dos Tribunais Regionais do Trabalho, mediante indicação do CNPJ.

Econômico-financeira

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- b) Certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- c) Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

Marcio Conrado

Secretário de Saúde